



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

**Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2016/CTCOB/CNRH/MMA**

**Assunto:** Proposta de Resolução que “*Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba*”.

**1. Histórico**

**1.1.** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba – CBH - PARANAÍBA, por meio do Ofício nº 011/2016/DIR, de 28 de abril de 2016, encaminhou à Secretaria Executiva do CNRH, a Deliberação CBH-PARANAÍBA nº 61/2016, que “*Dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e dá outras providências*”. O referido Ofício solicitou ao CNRH a análise e aprovação desta Deliberação.

**1.2.** A Secretaria Executiva do CNRH solicitou à Agência Nacional de Águas - ANA, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.984 de 2000, por meio do Ofício nº 37/2016/CNRH/SRHU/MMA, de 17 de maio de 2016, que elaborasse nota técnica sobre a matéria enviada pelo Comitê, a fim de que a avaliação e considerações pudessem subsidiar as decisões do Conselho.

**1.3.** A Secretaria Executiva do CNRH recebeu a Nota Técnica nº 4/2016/CSCOB/SAS, da ANA, por meio do Ofício nº 265/2016/AA-ANA, datado de 19 de setembro de 2016, a qual contém uma análise minuciosa do conteúdo da Deliberação.

**1.4.** A Deliberação e a Nota Técnica foram apresentadas e debatidas durante a 94ª reunião da CTCOB, ocorrida no dia 29 de setembro de 2016.

**2. Análise**

**2.1.** O pleito foi analisado pela CTCOB, nos termos da Lei 9.433/97 e Lei 9.984/2000, art. 4º, inciso VI e da Resolução CNRH nº 48, de 2005, art. 6º, inciso IV.

**2.2.** A Deliberação foi apresentada pelo Presidente do CBH-Paranaíba, que expôs os mecanismos estabelecidos e valores sugeridos de cobrança para a área de atuação do Comitê e explanou sobre o processo de debate e busca por consenso entre os setores representados no Comitê. Argumentou, em resposta à NT da ANA, que apesar de entender que os valores de PPU – Preço Público Unitário serem baixos, estes representavam o consenso possível na bacia e a otimista expectativa de iniciar a aplicação deste instrumento.

**2.3.** Em seguida, a ANA apresentou as principais conclusões da NT, quais sejam:

- a) A implementação da cobrança na bacia representaria um avanço para o Sistema e para o Comitê, no entanto, frustraria as expectativas relacionadas com os principais objetivos da cobrança, tendo em vista os patamares dos PPU propostos e o baixo potencial de arrecadação.



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

- b) Os coeficientes multiplicadores aos mecanismos de cobrança tornam a fórmula mais complexa, podem não surtir o efeito desejado e ainda, reduzem os potenciais valores a serem arrecadados.
- c) O potencial de arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos resultantes da Deliberação não permite alcançar valores suficientes para suprir os custos da agência de água estimada pelo plano de recursos hídricos aprovado pelo CBH Paranaíba.

**24.** Logo, os debates se concentraram sobre esses três aspectos destacados na NT. Houve relativo consenso quanto à necessidade em aprimorar os coeficientes ou mesmo simplificar a fórmula de cobrança. Não obstante as divergências, houve relativo consenso quanto à fragilidade em instalar e manter a agência de bacia com o potencial recurso a ser arrecadado com os valores de PPU propostos. Assim, em relação aos valores de PPU, houve os que argumentaram em manter a proposta advinda do CBH, que escalona o PPU durante os cinco primeiros anos da cobrança, entendendo que estes representavam a negociação e consenso obtidos no CBH e que seria virtuoso o início da cobrança na bacia. E outros que argumentavam sobre a necessidade em adotar os valores de PPU do 5º ano, de modo a atender, ao menos nos domínios da União, o disposto no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

**25.** Após debate e não havendo consenso, a Presidente colocou em votação duas propostas de encaminhamento para a minuta de resolução:

- I. Sugerir recomendações aos mecanismos, aprovando os valores escalonados, e determinando prazo de 3 anos para que o CBH os reavalie.
- II. Recomendar que a cobrança se inicie com os valores propostos para o quinto ano do escalonamento e recomendar alterações aos mecanismos, contidas na NT.

**26.** A votação teve o seguinte resultado: sete votos para o encaminhamento I, seis votos para o encaminhamento II e uma abstenção.

**27.** Em seguida, foi discutida a proposta de definição de critérios e procedimentos de correção dos PPUs, conforme sugerido pela NT da ANA. Argumentou-se que os valores são defasados pela inflação com o passar dos anos, o que, dentre outros, dificulta a manutenção do custeio da agência de bacia e sua capacidade de investimento. Por outro lado, houve argumentos contrários que expressaram que o instrumento de cobrança não deveria ser percebido apenas como arrecadatário e que se deveria buscar outras fontes de recurso para custeio das agências. Novamente não houve consenso quanto à proposta e se colocou em votação, tendo o seguinte texto como orientação.

- Estabelecer índice de correção permanente dos valores da cobrança.

**28.** A votação teve o seguinte resultado: sete votos favoráveis, seis votos contrários e nenhuma abstenção.

**29.** Ao final da análise pela CTCOB, a proposta de minuta de resolução foi elaborada,



**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

incluindo, portanto, a proposta I, contida no item 2.5 deste parecer, e a proposta presente no item 2.7. Ademais, a minuta de resolução estabelece que a ANA realizará estudos que subsidiem a definição do índice de correção monetária permanente e, os apresentará à CTCOB para deliberação; sugeriu-se alteração no coeficiente Kcap classe, de modo a incidir apenas sobre as classes de enquadramento, e por fim, estabeleceu-se como marco de início da contagem do tempo de escalonamento dos valores, a celebração do contrato de gestão entre o CBH Paranaíba, sua Entidade Delegatária e a Agência Nacional de Águas.

### **3. Conclusão**

**3.1.** Desta forma, a Câmara recomenda a aprovação, pelo Plenário do CNRH, da minuta anexa de Resolução, após análise pela CTIL.

Este é o parecer.

Em, 06 de setembro de 2016.